

Cablegate e a interferência contínua dos Estados Unidos no Brasil

DANIEL ZIRKER

Resumo: Jan Black delineou a penetração estadunidense na política brasileira nas décadas de 1960 e 1970, seus vínculos com elites militares e comerciais, apontando para o comprometimento da soberania nacional. Este estudo mostra uma ênfase renovada dos EUA para manipular as políticas doméstica e externa do Brasil no final dos anos 1990 e 2000, com base em telegramas divulgados pelo WikiLeaks.

Palavras-Chave: Brasil; Estados Unidos; Wikileaks; soberania nacional.



Cablegate and the continuing US penetration in Brazil

Abstract: Jan Black outlined the US penetration of Brazilian politics in the 1960s and 1970s, including the linkages with military and business elites, revealing their compromise on national sovereignty. Based on cables released by WikiLeaks, this study shows a renewed emphasis by the US government to manipulate Brazilian domestic and foreign policies in the late 1990s and 2000s.

Keywords: Brazil; United States; WikiLeaks; national sovereignty.

DANIEL ZIRKER

Professor da Universidade de Waikato, Nova Zelândia.
zirker@xtra.co.nz

RECEBIDO EM: 07/12/2015

APROVADO EM: 14/06/2016

1 INTRODUÇÃO

Em 2015, fica evidente que os Estados Unidos não estão mais em posição de simplesmente “mudar o regime de governo ou o governante” brasileiro, algo que Jan Knippers Black descreveu, em seu livro de 1977¹, como um elemento-chave da interferência dos Estados Unidos no Brasil. Se não por outro motivo, o rápido progresso do “projeto neoliberal” global parece ter enfraquecido drasticamente o papel dos Estados Unidos nas relações hemisféricas internacionais, baseadas progressivamente nas forças de mercado. Em poucas palavras, o Brasil já não é tão economicamente vulnerável às necessidades mercantis e de recursos dos Estados Unidos, tendo se tornado uma liderança no Mercosul, um membro-fundador dos BRICS e uma legítima força econômica mundial, a despeito da atual crise econômica e política.

A duradoura relação Estados Unidos-Brasil, ao contrário, tem sido descrita como “tão complexa e tão diferente das relações dos Estados Unidos com os países da América hispânica que, mesmo entre os formuladores de políticas hemisféricas, poucos nos Estados Unidos a compreendem” (HRINAK, 2005). De fato, trabalhos acadêmicos produzidos nas últimas duas décadas (HIRST, 2005) parecem desconhecer a complexidade das relações entre Estados Unidos e Brasil na era dos BRICS, da “Onda Rosa”² e das crises políticas, tendendo a minimizar a importância brasileira para os formuladores de políticas estadunidenses. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, apontam o país como um “gigante regional” e argumentam que “a deterioração da qualidade das relações dos Estados Unidos com a região como um todo [...] aumenta a importância de manter um canal aberto de entendimento com o Brasil (LIMA; HIRST, 2006, p. 35). Além disso, na era da influência

1 NOTA DO TRADUTOR: Neste artigo, o autor utiliza o termo, em inglês, “*penetration*”, que pode ser traduzido como “penetração”, “intervenção”, ou “interferência”, dentre outros similares. Dado o tipo de ação a que o texto se refere e suas consequências, decidimos utilizar os termos “intervenção” e “interferência” mais frequentemente.

2 NOTA DO TRADUTOR: as expressões “Pink Tide” ou “Turn to the Left”, em português “Onda Rosa” ou “Guinada à Esquerda”, têm sido usadas pela mídia para descrever a percepção de que o antiamericanismo estava se tornando cada vez mais influente junto aos governantes da América Latina.

chinesa e dos BRICS, é inegável a influência significativa do Brasil em uma série de áreas da política externa, tanto regionais como globais, mesmo que os formuladores de políticas dos Estados Unidos estejam frequentemente confusos pela complexidade das relações entre os dois países.

Aparentemente, embora de forma mais dissimulada, persistem as evidências de uma contínua e silenciosa intervenção estadunidense na política brasileira, à qual Black (2009) se referiu de forma mais abrangente como um menu completo de estratégias de “penetração”. É o que assinalaram telegramas confidenciais dos Estados Unidos, publicados pelo *Wikileaks*, em 2010 e 2011, e divulgados em *sites* de internet e jornais, nos anos seguintes, sob o título de “*Cablegate*”. Centenas desses telegramas, envolvendo atividades diretas dos EUA no Brasil, foram publicados na língua original, na Folha de São Paulo, e utilizados como fonte deste estudo.

Como muitos pesquisadores do tema, fiquei estarecido com a vasta quantidade de evidências. Muitos destes telegramas fazem referência direta à contínua intervenção de interesses e influência dos Estados Unidos na atual política interna e externa brasileira. Em suma, eles parecem se encaixar na definição geral de “penetração estrangeira” formulada por James Rosenau (1980) e sintetizada por Black (1977, p. xiv) como “membros de uma comunidade política servindo como participantes nos processos políticos de outra”. De forma parcial e incompleta, só fui capaz de examinar alguns dos 251 mil telegramas diplomáticos estadunidenses confidenciais e não confidenciais, a maioria dos quais expedidos entre 2004 e 2009, tendo sido liberados a partir de fevereiro de 2010. Também fiquei limitado às escolhas feitas pela Folha de São Paulo, no que se refere aos telegramas publicados.

Hesitei em usar telegramas roubados do Departamento de Estado dos EUA, divulgados através do *WikiLeaks*, uma fonte altamente questionável. Os antecedentes da aquisição e liberação dos milhares de telegramas confidenciais e secretos está bem documentada (e.g. NICKS, 2012; MITCHELL, 2011; EL PAÍS, 2011), assim como os caprichos da organização *WikiLeaks*, cujo fundador, Julian Assange, permanece refugiado na embaixada equatoriana em Londres, a fim de evitar sua extradição para a Suécia ou

para os Estados Unidos, sob uma variedade de acusações graves que incluem a liberação dos telegramas roubados (DOMSCHEITBERG, 2011; THE NEW YORK TIMES, 2011; SIFRY, 2011).

Os próprios telegramas, no entanto, têm aparecido em milhares de fontes secundárias, em todo o mundo, e tornaram-se essenciais para interpretações da política externa estadunidense. A *Folha de São Paulo*, por exemplo, publicou os telegramas no formato original, em inglês, mas agora eles se popularizaram e ocasionaram contestações significativas que só podem ser explicadas mediante referência a eles. Além disso, apresento apenas uma simples amostra neste breve estudo. Por exemplo, havia 19 telegramas que mencionavam nominalmente o ministro da Defesa, Nelson Jobim, descrevendo seu inesperado papel no fornecimento de informações colhidas pelas agências de inteligência brasileiras aos formuladores de políticas dos EUA, a despeito da intenção declarada em vários dos telegramas em considerá-lo como uma “fonte protegida”. Sua função, no entanto, é apenas um aspecto parcial deste estudo. Em vez disso, meu foco está em uma seleção parcial de telegramas de diversas categorias, sendo que alguns deles, em sua maioria confidenciais e secretos, revelam percepções sobre a continuação, embora reduzida, das intervenções dos Estados Unidos no Brasil.

2 DECLÍNIO E FRUSTRAÇÃO NA INTERFERÊNCIA DOS EUA, CONFORME OS TELEGRAMAS “DIPLOMÁTICOS”

Os telegramas – muitos dos quais apenas vagamente poderiam ser descritos como “diplomáticos” no uso comum da palavra – apresentam visões singulares das tentativas estadunidenses de interferir, ou voltar a interferir (como geralmente parecia ser o caso), nas políticas interna e externa brasileiras, no final dos anos 1990 e início da década de 2000, e sua liberação parece ter invertido a intenção original, na maioria vezes. Talvez o exemplo mais flagrante seja o registrado em um telegrama confidencial de instruções, datado de 2009, sobre a visita do Secretário de Estado Adjunto estadunidense Arturo Valenzuela, no qual a capacidade

decrecente do governo dos EUA de intervir na política brasileira é estabelecida de maneira sucinta:

[...] nós enfrentamos uma bagagem histórica significativa na maneira como os Estados Unidos são vistos pela política externa brasileira, o que diminui a nossa capacidade de construir um relacionamento totalmente cooperativo com o Brasil. Grande parte das autoridades brasileiras em política externa continua cautelosa e desconfiada em relação aos EUA. Bilateralmente, um interesse crescente e pragmático de cooperar com os Estados Unidos em uma série de questões técnicas e práticas é, muitas vezes, barrado pelo temor de que o Brasil venha a perder sua soberania ou tornar-se sócio minoritário em seu próprio território para parceiros do governo estadunidense com melhores fundos, pessoal e organização. Isto levou a problemas persistentes com vistas para agências de aplicação da lei (em particular, mas não exclusivamente, em questões de contraterrorismo), para a recusa em aceitar assistência do governo e para as demandas e restrições aparentemente irracionais em vários tipos de cooperação. (KUBISKE, 2009d, s/p).

A ingerência dos EUA no Brasil não era mais o que tinha sido. E, agora, seria seu reestabelecimento percebido como de alta prioridade?

2.1 Os EUA e os militares brasileiros

Os Estados Unidos e as forças militares brasileiras tinham mantido uma relação bilateral estreita, após a Segunda Guerra Mundial, conforme descrito por Black (1977). No final de 1970, essa relação praticamente entrou em colapso, sobretudo, devido à ênfase do presidente Jimmy Carter nos direitos humanos e à resistência dos EUA aos programas do Brasil de expansão de energia nuclear e de armas. Com o fim da ditadura militar, em 1985, a política militar brasileira estava em um ponto de virada. Apesar de oficiais envolvidos com os 21 anos de regime militar ainda estarem no comando das forças armadas e influentes na política nacional, o Brasil estava se democratizando rapidamente.

Um novo presidente civil, Fernando Henrique Cardoso, logo se movimentou para criar um Ministério da Defesa e uma agência de inteligência liderada por civis, ambos anteriormente espaços políticos do alto comando militar, o Estado Maior. Uma nova geração

de oficiais estava pronta para assumir posições de comando, além de redefinir o conceito anteriormente santificado de “Segurança Nacional” e enfatizar a Amazônia tanto como elemento fundamental quanto ameaçador desse conceito.

Mantinha, porém, uma evidente desconfiança, quando não uma aberta hostilidade, frente à presença militar dos EUA na América do Sul, sob o Comando do Sul, conhecido como SOUTHCOM. A ameaça parecia basear-se, ao menos em certa medida, sobre a percepção de que os desígnios dos Estados Unidos (principalmente) ou dos países europeus na região amazônica se deveriam a razões ambientais ou, em expressões mais paranoicas, a um eventual interesse imperialista. O argumento de “pulmões da terra” (SILVER, 2002, p. 237), expressado amplamente pelos ambientalistas no Ocidente, foi muitas vezes citado como prova destes projetos.

No final de 1990, um Brigadeiro-General, ocupando a presidência do Supremo Tribunal Militar – portanto, desvinculado das restrições do regulamento disciplinar (que proíbem militares de opinar sobre questões políticas) –, quando perguntado em entrevista a uma revista a quem os militares brasileiros então consideravam como “inimigo” potencial, respondeu, de pronto, que eram os Estados Unidos” (FEROLLA, 1998)³. Apesar do SOUTHCOM (particularmente seu comandante à época, general Barry McCaffrey) dispender uma boa dose de efetiva “diplomacia de defesa”, durante esse tempo, comentários atribuídos a outros altos oficiais militares estadunidenses geraram ocasionalmente desentendimentos políticos entre os Estados Unidos e o Brasil. É o caso do General Patrick Hughes que teria dito em palestra no MIT, em 2000, que, se um desastre ecológico ocorresse na Amazônia brasileira, os militares dos EUA poderiam ter de intervir para salvar este recurso global. Dois anos mais tarde, o Comandante Geral do Brasil na Amazônia, talvez conseqüentemente, declinou propostas estadunidenses de assistência para combater incêndios maciços que tinham sido estabelecidos ilegalmente no local e se

3 Ao ser perguntado pela entrevistadora Marina Amaral “Quem é o inimigo?” ele respondeu: “É o hemisfério norte, principalmente os Estados Unidos.”

expandido de forma alarmante em um período de seca incomum. Bem antes de 2010, militares brasileiros se opuseram a qualquer coisa vagamente parecida com a interferência dos EUA na política brasileira.

2.2 O curioso caso do Ministro da Defesa, Nelson Jobim

Não é exagero, então, afirmar que o Estado Maior brasileiro era totalmente oposto ao novo Ministério da Defesa, liderado por civis e implementado pela gestão de Cardoso, em 1999. Os primeiros cinco ministros civis de defesa foram combatidos, aberta e secretamente, pelos comandantes, três dos quais tinham perdido sua posição de membro *ex officio* do gabinete presidencial na mudança. Inicialmente, a resistência aberta se limitou aos comandantes das três forças e, tipicamente, constatou que os civis nomeados para o posto de ministro tinham implicações em escândalos políticos, levando à sua remoção sucessiva.

Foi somente após a nomeação do ministro Nelson Jobim pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, que os oficiais aprovaram seu chefe civil. Jobim apelou aos sentimentos militares, assumindo a resistência dos militares à proposta de Lula de criação da reserva indígena Raposa / Serra do Sol, em 2008 e 2009, e apoiando os comandantes na maioria das suas preocupações. Ex-líder do PMDB, tinha sido presidente do Supremo Tribunal Federal, até pouco tempo antes de sua nomeação. Ele permaneceu no cargo por mais de quatro anos e renunciou sob pressão da presidente Dilma Rousseff, em 2011, depois de a provocar, aparentemente de forma intencional, denegrindo em público seus colegas ministros. Parecia ser um ataque político encenado, talvez apenas para satisfazer uma massa de oficiais irritados.

O escândalo “Cablegate” tinha revelado em 2010 que Jobim pode ter agido como um elemento da inteligência dos Estados Unidos. A versão de 2011 de sua página da *Wikipedia* (em inglês) identificou-o como um “agente da inteligência dos EUA”. Isto foi logo “editado” de maneira a se ler “um aliado pró-Estados Unidos no âmbito do governo do Brasil”, com uma “fonte de identidade protegida” do governo estadunidense, citações retiradas

diretamente de telegramas liberados⁴. A interferência dos EUA parece ter sido pertinente no caso, como revelaram vários telegramas “secretos” e “confidenciais”. No mais importante deles, datado de 25 de janeiro de 2009, o embaixador Clifford Sobel descreveu a colaboração de Jobim com os Estados Unidos, por suas lutas contra o colega de gabinete Celso Amorim (que substituiu Jobim como ministro da Defesa em 2012) e seu próprio vice-ministro, Samuel Guimarães, em uma tentativa de implantar um “Acordo de Cooperação de Defesa” (DCA, na sigla em inglês) com os EUA:

Jobim respondeu que Guimarães representava um problema sério, não só no DCA, mas em uma variedade de questões. Jobim disse que Guimarães “odeia os Estados Unidos” e está procurando ativamente criar problemas no relacionamento. Jobim disse que teve de barrar mais de uma proposta estranha feita por Guimarães, calculada para perturbar as relações com os EUA e outros países industrializados. [Jobim] disse ao embaixador que não queria “ganhar a batalha e perder a guerra” e gastar muito capital político no DCA, por isso teria que proceder com cuidado. Em particular, ele disse que, se Guimarães e FM Amorim unissem forças contra um DCA, isto poderia ser um problema sério (SOBEL, 2008, s/p)⁵.

Talvez a evidência mais comprometidora de conluio “incomum” de Jobim com os EUA, e sem dúvida o melhor exemplo de sua ingerência no Ministério da Defesa, esteja no telegrama de 22 de janeiro de 2009, no qual Jobim informou à Embaixada dos

4 Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Nelson_Jobim>. Acesso em: 18 Maio. 2013.

5 Neste telegrama, é relatado que Jobim “disse ao Embaixador [Sobel] que o principal propósito de sua próxima viagem à França é discutir questões do projeto do submarino nuclear. Ele também disse que iria olhar o avião francês Rafaele. Na Rússia, o principal propósito de Jobim é assegurar ao Brasil a manutenção dos helicópteros russos. Ele comentou que a Rússia quer abrir uma fábrica de jeep em Porto Alegre, e que iria viajar para a Rússia em um avião da EMBRAER na esperança de fazer vendas”. O leitor pode pensar, contudo, que Jobim está usando suas revelações confidenciais para a Embaixada dos EUA de modo a reforçar sua posição no confronto com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, conhecido por sua postura hegemônica. Ao final do telegrama, “Mais uma vez, o Presidente Lula poderá ter a função de decidir entre um Ministro da Defesa ativo e interessado em desenvolver laços estreitos com os EUA e um Ministro das Relações Exteriores [Itamaraty] firmemente comprometido em garantir o controle sobre todos os aspectos da política externa e manter certa distância entre o Brasil e os EUA”.

Estados Unidos que Evo Morales, presidente da Bolívia e forte oponente dos Estados Unidos na região, sofria de um tumor nasal altamente secreto e potencialmente grave e que o presidente Lula tinha confidencialmente oferecido assistência médica brasileira no seu tratamento (SOBEL, 2009, s/p)⁶. É difícil interpretar esta divulgação, diferente de dezenas de outras divulgações de Jobim relatadas em numerosos telegramas, de outro modo que não seja como a ação de um agente de inteligência dos EUA, impressão reforçada no mesmo telegrama pela referência a Jobim como uma “fonte de identidade protegida”.

Logo após a divulgação dos telegramas, reportagens na mídia espanhola e brasileira enfatizaram o quanto os Estados Unidos influenciavam a política brasileira através de Jobim. Em um artigo de 2010, na *Folha de São Paulo*, foi feita menção à suposta colaboração de Jobim na tentativa de minar relações da Venezuela com a Colômbia sobre a guerrilha das FARC e sua negativa bastante fraca quando questionado. Segundo a *Folha*:

“Falando de temas de segurança regional”, diz um desses documentos, “Jobim quase reconheceu a presença da guerrilha das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) na Venezuela e deu sugestões para aumentar a segurança na fronteira entre Colômbia e Equador”. No entanto, Jobim afirma, no documento, que reconhecer publicamente a presença das FARC na Venezuela impediria um eventual trabalho de mediação do Governo brasileiro entre Bogotá e Caracas. Perguntado nesta sexta-feira se confirmava essa informação, o titular da Defesa respondeu: “Não. Eu disse ao embaixador (dos EUA) que se as FARC vierem ao Brasil, elas serão recebidas a bala. E que havia a necessidade de acabar com as FARC” (EFE, 2010).

No início de 2011, os telegramas descreveram a cooperação incomum de Jobim com a Embaixada dos EUA, observando que “O foco de Jobim está se tornando mais claro”.

Ao longo de várias discussões com o embaixador [...] o mais recente na véspera da sua partida no dia 25 de janeiro para a França e a Rússia, Jobim revelou em mais detalhes os seus

6 Jobim, mais tarde questionado pela mídia sobre isto, foi citado como tendo admitido que “Morales tinha um problema no nariz, mas afirmou que o telegrama não fazia sentido e que suas palavras foram exageradas” (EFE, 2010).

objetivos para estas visitas e suas atividades no hemisfério. Os elementos-chave que surgiram são: 1) busca de um submarino nuclear, utilizando assistência francesa sobre propulsão, bem como outros sistemas; 2) um anseio geral de aumentar a capacidade do Brasil de produção doméstica de armas mediante transferência de tecnologia; 3) mais especificamente, um interesse em se tornar um *hub* de serviços na América do Sul para o equipamento russo, impulsionado por um desejo de ter maior influência sobre a Venezuela de Hugo Chávez; 4) um foco na reconstrução da capacidade militar brasileira, incluindo aviões de combate; e 5) uma organização nova e mais estruturada dos ministros da Defesa da América do Sul (KUBISKE, 2011, s/p).

A posição de Jobim como ministro da Defesa foi ameaçada, após a divulgação dos telegramas do Departamento de Estado dos EUA, em fevereiro de 2010, dado o forte teor nacionalista do pensamento militar brasileiro e a suspeita profunda de muitos oficiais quanto às intenções dos Estados Unidos. Embora inicialmente ele tenha minimizado a extensão de seu envolvimento, dizendo que as citações eram “opiniões de embaixadores. São manifestações pessoais do embaixador (dos EUA) daquela época e que fez afirmações em meu nome, somente isso” (EFE, 2010), Jobim ficou cada vez mais sitiado por esses telegramas malditos. Em meados de 2011, a relação com a presidente Dilma Rousseff se tornou insustentável e ele renunciou em 5 de agosto. A versão da BBC salientou que ele tinha ficado com raiva por ter sido rejeitado pela presidente no caso da compra de aviões de combate (BBC, 2011), embora seja difícil imaginar como poderia ter mantido uma interação positiva com oficiais militares, após a divulgação do seu papel na intervenção dos EUA no Brasil.

2.3 Os EUA e a aquisição de caças pelo Brasil, 2000-2009

O Departamento de Estado estava basicamente preocupado com a venda de caças ao Brasil, questão que ligava muitos dos objetivos mais importantes da interferência dos Estados Unidos. Em anos anteriores, o Brasil havia insistido na transferência extensiva de tecnologia, na fabricação doméstica de caças e em acordos para compra de aeronaves de fabricação nacional, como parte integrante de qualquer contrato. Em um telegrama de setembro de 2009,

Lula chocou os funcionários da Embaixada dos EUA com a rejeição inesperada de algo que assumiam como sendo sua influência:

Em uma conferência de imprensa conjunta com o [presidente francês] Sarkozy, em 7 de setembro, Lula disse que o Brasil iria começar negociações com a França para a compra de 36 aeronaves de combate. Lula citou a disposição francesa para transferir tecnologia e a importância de consolidar a parceria estratégica com a França como as razões para sua decisão. Para reforçar o caso francês, Sarkozy teria prometido comprar uma dúzia de aviões de carga C390, a serem desenvolvidos pelo Brasil, e apoiar a candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Os franceses supostamente também prometeram ajudar o Brasil na futura exportação de aeronaves franco-brasileiras para países não especificados na América Latina e na África [...]. Reportagens da imprensa posteriores indicaram que Lula não descarta o governo dos EUA ou aviões suecos [...]. Ao longo das últimas semanas, a Missão Brasil tem ouvido a constante mensagem que qualquer decisão deve ser tomada após a visita de Sarkozy. Contatos da Força Aérea informaram ao Escritório de Ligação Militar (ELM), em Brasília, que iriam apresentar sua avaliação técnica ao Ministério da Defesa, na semana após a visita de avaliação e preparação de uma recomendação ao presidente. A avaliação nunca foi concluída ou entregue, ou seja, a decisão de Lula para favorecer os franceses foi tomada sem o benefício de mais de um ano de trabalho pelos especialistas da Força Aérea. (KUBISKE, 2010c, s/p).

Além da referência aos aviões estadunidenses fabricados como “aviões USG” (sigla em inglês para Governo dos Estados Unidos), uma expressão estranha no ambiente neoliberal e privatizado de 2009, o telegrama revela uma falta de sensibilidade para com as regras básicas do capital internacional. Em breve, os telegramas do Departamento de Estado lamentavam o que depreciativamente chamaram de “crescente caso de amor” entre os presidentes Sarkozy e Lula: “Sarkozy e Luiz Inácio Lula da Silva descobriram que eles compartilhavam ‘a visão de um novo multilateralismo’ na governança global e a opinião do Brasil como um vasto mercado e uma plataforma regional para a França”. Prossegue o telegrama:

[...] diplomatas brasileiros observaram que os dois homens têm personalidades muito semelhantes e que Lula, muitas vezes, comentou que olhar para Sarkozy é como “olhar no espelho”. Os dois líderes têm colocado ênfase na sua calorosa química pessoal e no *status* da França como o único país

da UE a partilhar uma fronteira com o Brasil, com a Guiana Francesa localizada ao norte do maior país da América do Sul. A “excepcional” parceria bilateral e estreita amizade entre o enérgico Sarkozy e o carismático e popular Lula são dignas de nota específica dado que o presidente brasileiro não fala inglês ou francês, sendo o relacionamento conduzido quase que exclusivamente por intérpretes (ALLEGRONE, 2009, s/p).

Nesta área vital de altas tecnologias de fornecimento de armas, a intervenção dos Estados Unidos no Brasil estava, então, em risco e o neoliberalismo estava sendo condenado, apesar dos extensos e cordiais contatos anteriores entre Lula e Jobim e “mais de um ano de trabalho de especialistas da Força Aérea” (*Idem*). Em linguagem dura, o telegrama adverte que “a designação clara da França como primeiros colocados significa que a oferta EUA/Boeing enfrenta um grande desafio de modo a nivelar o campo de jogos” (*Idem*). Mais uma vez, o que se entende por “nivelar o campo de jogos”⁷? O telegrama concluiu com um lembrete:

Dado que a decisão de Lula de iniciar as negociações com os franceses foi feita após um jantar com Sarkozy, a importância das relações pessoais não pode ser exagerada. Se o presidente Obama falasse com Lula nas próximas semanas, seria importante para ele mencionar a venda de aviões de combate. (*Idem*).

Em telegrama datado de 5 de Janeiro de 2010, Lisa Kubiske relatou que, embora Lula continuasse a favorecer os caças franceses, “contatos da Embaixada no Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa acreditam que o ministro da Defesa Jobim vai se reunir com Lula em fins de janeiro para tentar tomar uma decisão” (KUBISKE, 2010a, s/p). O telegrama prosseguia:

Durante outubro e novembro, os contatos feitos por funcionários da Embaixada e representantes da Boeing foram recebidos educadamente, mas com pouco interesse real, já que o foco permaneceu nos franceses. Nas últimas semanas, no entanto, houve uma notável mudança do ministro da Defesa. Começando em 14 de dezembro com a reunião entre A/S Valenzuela e Jobim [...], tem havido

7 NOTA DO TRADUTOR: “level playing field” na língua inglesa expressa um conceito sobre justiça, em que cada jogador tem chances iguais e todos respeitam as mesmas regras do jogo.

um interesse renovado na proposta do governo dos EUA/ Boeing. Enquanto Jobim repetia as preocupações sobre “maus precedentes” das políticas relativas à transferência de tecnologia de origem estadunidense (na verdade queixas sobre os procedimentos de licenciamento das exportações), ele disse entender que o governo dos EUA teve uma nova abordagem e estava interessado na oferta de cooperação industrial da Boeing. (*Ibid*).

Em abril de 2013, a decisão sobre o FX2 tinha sido adiada mais uma vez, com o produto da Boeing (e dos EUA) ainda na corrida (UPI, 2013), até que a liberação por Edward Snowden de documentos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos revelou que a agência tinha monitorado o telefone celular de Dilma, além de espioná-la, provocando sua indignação e a ameaça de cancelar sua próxima visita a Washington (ROMERO, 2013). Dentro de três meses, uma empresa sueca, Saab, recebeu o contrato dos aviões de caça, aparentemente em retaliação pelo incidente de espionagem dos Estados Unidos (HORCH; DREW, 2013).

2.4 Relações externas brasileiras... e possíveis preferências dos EUA

Brasil e seus vizinhos

As relações da Venezuela e da Bolívia com o Brasil têm sido permeadas por temas particularmente desafiadores, para os formuladores de políticas dos Estados Unidos, e grandes tentações para intervir e manobrar a política externa brasileira, conforme indicam as conexões de Jobim com a Embaixada dos EUA, acerca desses países, gravadas em dezenas de telegramas. Em alguns destes, como o telegrama confidencial de 2009 envolvendo atividades brasileiras e estadunidenses no Haiti, Jobim estabeleceu sua *bona fides* como adversário de Hugo Chávez:

Durante a chamada inicial do embaixador Shannon, em 5 de fevereiro, o ministro da Defesa Nelson Jobim descreveu o conjunto das relações bilaterais de segurança como fortes e transparentes. Disse que favoreceu sua expansão este ano, primeiro mediante um Acordo de Cooperação de Defesa (DCA em inglês), em seguida, por meio de um acordo de segurança da informação. Ele espera assinar o DCA,

durante sua visita a Washington, proposta para 23 de fevereiro, se o Ministério dos Negócios Estrangeiros aprovar a tempo [...]. Jobim elogiou a parceria EUA-Brasil no Haiti, especialmente a forte relação de trabalho dos generais Keen e Peixoto. Descreveu sua visita ao Haiti, duas semanas antes, e chamou a situação de “extremamente frágil”. Jobim ridicularizou as preocupações expressas pela Venezuela de uma “invasão estadunidense” do Haiti, dizendo que era natural o governo dos EUA exercer a liderança nos esforços de socorro, dada sua proximidade e sua capacidade de deslocar grandes quantidades de materiais (SHANNON, 2010, s/p).

Decisores políticos estadunidenses tendem a seguir o conselho de Jorge Castañeda, ex-ministro das Relações Exteriores do México, que, em seu artigo de 2006 na revista *Foreign Affairs*, argumentava que “distinguir entre essas duas amplas correntes de esquerda [na América Latina] é a melhor base para uma política séria, seja de Washington, Bruxelas, Cidade do México, seja de qualquer outro lugar”. Entre outras coisas, recomendava “levar o Brasil a sério como interlocutor comercial” (CASTAÑEDA, 2006, p. 42) de maneira a lidar com os países de esquerda mais difíceis, na América Latina. A este respeito, o encontro com Jobim, descrito no telegrama acima, ofereceu um exemplo-chave:

Jobim falou de seus esforços para amenizar as tensões entre Colômbia e Equador, após o bombardeio em 2008 de um acampamento das FARC, no Equador, por forças colombianas. Os contatos entre os Ministros da Defesa, por intermédio do Conselho de Defesa da América do Sul (SADC em inglês) tinham sido elementos-chave para gerir os efeitos pós-bombardeio, proporcionando um bom teste para a SADC. Jobim disse ao embaixador Shannon que o Brasil se ofereceu para ajudar a monitorar a fronteira Colômbia-Equador como forma de gerar confiança. Foi menos otimista sobre a capacidade do Brasil de lidar com a Venezuela e mostrou apreensão sobre a situação doméstica cada vez mais complicada de Chávez. Ele se preocupou visivelmente com o impacto na Venezuela, se Chávez recorrer à repressão violenta dos manifestantes (*Idem*).

Lendo nas entrelinhas, a prescrição do Castañeda é uma interferência substituta, com o Brasil ou talvez o Chile (sob Bachelet) como instrumento. Vários telegramas sugerem que isto é precisamente o que o Departamento de Estado tinha em mente.

Outra grande preocupação dos formuladores de políticas dos EUA tem sido o surgimento do Mercosul e, em particular, a possibilidade de uma maior cooperação do Brasil nas relações internacionais, com a tradicionalmente independente Argentina. Um artigo do *New York Times* em 2010 publicou um telegrama confidencial do Departamento de Estado, que indicava essa como a pior preocupação estadunidense, embora, desta vez, fosse a Argentina a seguir a liderança do Brasil:

Mais preocupante [do que a divulgação da identidade do chefe da CIA em Islamabad no Paquistão], dado seus laços tradicionais com Israel, a decisão do governo argentino de se aliar ao Brasil no reconhecimento de um Estado palestino independente era provavelmente uma resposta, ao menos em parte, a um telegrama vazado em que a secretária de Estado Hillary Clinton questionou a saúde mental da presidente Cristina Fernández de Kirchner. É provável que o dano às relações EUA - Argentina seja duradouro (BREMNER; KHANNA, 2010).

A crescente independência do Brasil da política estadunidense parecia até mesmo estar influenciando (ou agindo como uma má influência?) um vizinho latino-americano tradicionalmente independente. A interferência dos EUA no Brasil, nesta área, antes considerada vital, era agora, aparentemente, uma concha vazia do que fora no passado.

Brasil e Irã

Os telegramas do Departamento de Estado registram um esforço quase desesperado para desviar a crescente cooperação do Brasil com o governo de Ahmadinejad, no Irã, e a tentativa de Lula, em 2010, para trabalhar com a Turquia, oferecendo um plano alternativo para limitar a capacidade de armas nucleares do Irã. Em um artigo de 2012, no *New York Times*, os autores explicaram que “o Irã é um jogador menor, mas que pode ser particularmente problemático. O Irã parece ter usado suas relações com alguns países latino-americanos para tentar contornar as sanções internacionais sobre suas operações financeiras” (NEUMAN; ROMERO, 2012). Em um telegrama de 2009, a Chefe de Negócios Lisa Kubiske, cujo nome aparece como autora de dezenas de telegramas sobre o Brasil, comentou que:

[...] o Brasil reconhece que existem sérias questões pendentes sobre atividades nucleares do Irã e da Síria e não vê estes últimos relatórios da AIEA como conclusivos desses casos. O governo brasileiro, no entanto, não parece disposto a ir muito além do que solicitar a todos que cooperem mais com a AIEA. O mesmo se opõe fortemente à ação militar unilateral e não gosta do caso iraniano estar com o CSNU. O interesse do governo brasileiro nas propostas e atividades do P-5 e da Alemanha é mais de que esteja bem informado do que um interesse em tentar contribuir com a elaboração de novas medidas para pressionar o Irã (KUBISKE, 2009a, s/p).

Embora as preocupações dos EUA com a crescente relação de Lula com o presidente Ahmadinejad não fossem mencionadas explicitamente, era evidente que havia pressões para reverter esse quadro. Quando o secretário-adjunto de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Arturo Valenzuela, visitou o Brasil em 2009, um telegrama informativo da Embaixada revelou o enorme desconforto que o Departamento de Estado sentia sobre a política externa global do Brasil e sua incapacidade de “penetrá-los”.

Naquilo que a política do Brasil não é hesitante, é, muitas vezes, desinformada ou limitada pelas políticas do passado. A medida que o governo brasileiro dá um passo em questões do Oriente Médio, lhe falta conhecimento sobre a região. Inclinado a tomar ao pé da letra as afirmações dos sírios, iranianos e Hezbollah, o governo insiste em que a paz só pode ser alcançada se todos os atores estão na mesa e pretende posicionar-se como neutro, “o país que pode falar com todos”, contra o que percebe esforços tendenciosos dos EUA e da Europa. Esta propensão para o diálogo se conjuga com o respeito à soberania e não-intervenção nos assuntos internos como marcas da política externa brasileira. Mas, como o Brasil atua em um número cada vez maior de arenas internacionais, está sendo mais difícil manter-se fiel a estes princípios e mais difícil de esconder suas inconsistências. (KUBISKE, 2009, s/p).

O nível de frustração evidente neste telegrama assinala tanto os esforços dos EUA para intervir na política externa brasileira quanto o enfraquecimento de sua capacidade de fazê-lo. Em consequência, as referências aos sucessos dos Estados Unidos em pressionar o Brasil nesse aspecto eram óbvias na circulação dos telegramas⁸:

8 Conforme um telegrama de 2008: “À luz de sua tradicional hesitação em tomar posições firmes em assuntos contenciosos de países específicos, e com as

Quando o presidente Mahmoud Ahmadinejad do Irã começa uma turnê por quatro países da América Latina, no domingo, mostrando seu apoio na região em um cenário de tensões internacionais sobre o programa nuclear de seu país, ele é levado a visitar alguns dos críticos mais fervorosos dos EUA: Venezuela, Nicarágua, Cuba e Equador... Mas a lista de países que Ahmadinejad não vai visitar é igualmente reveladora. Embora o Irã esteja sofrendo com sucessivas rodadas de sanções internacionais e unilaterais, o Sr. Ahmadinejad não visitará o Brasil, potência econômica regional. Nem vai a outros grandes países como México, Colômbia e Argentina, ressaltando que sua visita se limita a nações sem influência extensiva ou capacidade de oferecer grande parceria econômica (NEUMAN; ROMERO, 2012).

Em um telegrama confidencial de 2009, Lisa Kubiske era quase irônica em suas observações, evidenciando um sentimento de impotência e frustração, com passos desajeitados e independentes do Brasil no cenário mundial:

O Ministério das Relações Exteriores reconfirmou que o presidente israelense, Shimon Peres, vai visitar Brasília em 11 de novembro. Nenhuma data foi confirmada para a visita de Ahmadinejad ou do presidente palestino, Mahmoud Abbas, mas disse que a visita de Ahmadinejad vai acontecer no final de novembro, o que empurra a visita de Abbas para, quando muito, dezembro [...]. Pires também falou brevemente sobre a decisão do Brasil em apoiar o candidato egípcio Farouk Hosni em vez de Irina Bokova para a Diretoria Geral da Unesco [...]. Várias publicações locais criticaram a posição do governo brasileiro neste assunto, chamando-a de “derrota diplomática” ditada pelo desejo de Lula de fortalecer as relações com o Irã e Oriente Médio. Estes mesmos relatórios, aparentemente com base em fontes que vazaram do Itamaraty, também questionaram por que o Brasil não procurou promover um de seus quadros, o diretor-geral adjunto da Unesco, Marcio Barbosa. Perguntado sobre o assunto, Pires sorriu ironicamente, sacudiu a cabeça e disse: “estas são coisas que temos que fazer às vezes.” (KUBISKE, 2009b, s/p).

visitas de Ahmadinejad ao Brasil e de oficiais brasileiros ao Irã sendo planejadas para os próximos meses, o Brasil terá uma voz suave no coro – mas isso pode ser útil caso esses representantes possam soprar nos ouvidos iranianos a ideia de que a negociação e a cordialidade são a melhor opção.” Kubiske, Lisa (2008) “BRAZIL ON IRAN: A SOFT VOICE IN THE CHORUS,” confidential State Department Cable, US Embassy Brazil, 11/13/2008 14:21. Publicado em inglês na *Folha de São Paulo*, sob o título “Brasileiros podem mostrar para Irã que negociação é melhor saída,” 23/12/2010: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/849942-brasileiros-podem-mostrar-para-ira-que-negociacao-e-melhor-saida-leia-em-ingles.shtml>>. Acesso em: 19 Maio. 2013.

A aparentemente estreita relação de Lula com o presidente do Irã, Ahmadinejad, levou a extensas críticas na circulação de telegramas, indicando forte pressão dos EUA sobre Lula e, por fim, o enfraquecimento desta relação, como talvez evidenciado no fracasso da visita de Ahmadinejad ao Brasil, em 2012.

China e Brasil

A China vem progressivamente ocupando a atenção do Departamento de Estado, cujos receios foram expressos em um único telegrama sobre a predileção chinesa por *hackers* de computador⁹. A crescente relação econômica do Brasil com a China, em particular, e a expansão de sua presença em outros países latino-americanos provocaram um número surpreendentemente pequeno de telegramas, que tende a sublinhar o declínio da intervenção estadunidense no Brasil, o crescimento da cooperação política e econômica do Brasil com a China e, portanto, a diminuição da interferência dos EUA na região, particularmente após 2003. Um telegrama especialmente revelador ponderou as quixotescas tentativas do Peru para adquirir armamento chinês, brasileiro e russo, descrevendo a China e o Brasil como se constituíssem um novo eixo de poder:

Ao que tudo indica, o Peru está prestes a comprar tanques chineses, para substituir sua frota envelhecida e assumir uma postura de defesa “dissuasiva”, e a comprar aviões do Brasil, bem como MANPADS [sigla em inglês para Sistemas de Defesa Aérea Portáteis] e armas antitanque de outros países. Estas aquisições de defesa são surpreendentes, à luz da proposta regional “Iniciativa de Paz e Desarmamento”, feita pelo presidente Garcia. Também não foram discutidas, durante o amplo diálogo estratégico em Lima, com o Comando Sul dos Estados Unidos, nos dias 1 a 3 de dezembro. Enquanto o presidente Garcia e o ministro da Defesa Rey têm defendido as compras e criticado os cétricos, a maioria dos observadores acreditam que a futura compra de tanques responde a pressões políticas internas alimentadas pelas aparentes provocações do Chile (McKINGLEY; MICHAEL, 2009, s/p).

9 Conforme Glantz e Markoff relataram no *New York Times* (2010) acerca de um telegrama do Departamento de Estado datado de 18 de maio de 2009: “Este telegrama de diplomatas americanos era um dos muitos publicados por WikiLeaks que retratavam a liderança da China como quase obcecada com a ameaça colocada pela internet para manter o equilíbrio de poder – e, o inverso, pelas oportunidades oferecidas através do hacking para obter segredos guardados em computadores de seus rivais, em particular, os EUA.

Todas as preocupações gerais dos formuladores de políticas dos EUA, incluindo a deterioração das relações comerciais, parecem ter se unido neste telegrama confidencial, bem como a evidente decepção com o declínio do respeito e a falta de inclusão dos Estados Unidos, na elaboração de políticas elitistas. O telegrama continuou:

Também foi notada a ausência da compra planejada de armas, durante o amplo diálogo estratégico entre o Comandante General Douglas Fraser do USSOUTHCOM e seus colegas peruanos, em Lima, de 1 a 3 de dezembro. Na medida em que as aquisições de armas foram discutidas, os peruanos se queixaram do processo lento e complicado dos contratos de defesa dos EUA (FMS e FMF) e dos preços elevados para equipamentos como helicópteros. Depois de concordar com seus parceiros dos Estados Unidos quanto ao primado da ameaça interna decorrente do tráfico de drogas e terrorismo, os peruanos disseram ao general Fraser que a principal ameaça externa emanava da Bolívia, onde percebem Evo Morales se consolidando no poder, eliminando rivais políticos e buscando estender sua marca radical de populismo indígena, além de suas fronteiras, com a ajuda de ALBA (*Ibid*).

2.5 As relações comerciais dos Estados Unidos e Brasil

Tradicionalmente, as relações comerciais entre os EUA e o Brasil têm sido centradas na provisão brasileira de produtos de baixo preço e componentes industriais (por exemplo, peças para veículos) e a compra de bens manufaturados muito caros dos Estados Unidos. Além disso, depois de 1972, estas relações foram caracterizadas pela enorme dívida internacional do Brasil, a mais alta do mundo por quase uma década (até que foi deslocada dessa categoria pelos Estados Unidos e Canadá), muito do que era devido a bancos estadunidenses e a um desequilíbrio estrutural no conjunto das relações comerciais em favor dos EUA. Nas últimas duas décadas, no entanto, esses padrões foram significativamente alterados. Embora os Estados Unidos permanecessem a fonte primeira das importações de alto custo do Brasil, eles foram sendo rapidamente ultrapassados pela China. Quanto à venda brasileira de suas mercadorias e bens industriais, a China liderou a lista de países estrangeiros destinatários, por uma margem significativa. Por outro lado, o Brasil mudou da categoria de nação devedora para credora.

2.6 O Estados Unidos e as presidências petistas

Logo após a eleição de Lula em 2002, a equipe diplomática dos EUA em Brasília procurou influenciar a nova administração petista. Um primeiro telegrama confidencial, talvez refletindo um pensamento mais esperançoso do que influência real, pintou um quadro particularmente favorável:

O secretário-assistente Reich teve encontros calorosos e produtivos, em Brasília, nos dias 20 e 21 de novembro, com o presidente eleito Lula da Silva, seus assessores graduados do PT e os líderes do Congresso brasileiro. Tanto o Embaixador Reich quanto Lula expressaram grande interesse em trabalhar juntos uma série de questões, em particular o comércio. A equipe do PT lançou a ideia de concluir um pacto de comércio bilateral com os EUA, mas, primeiro, iria consultar seus parceiros do Mercosul e, em seguida, provavelmente levantar algumas propostas durante a visita de Lula a Washington, em 10 de dezembro. Lula está ansioso para conhecer o presidente Bush, certo de que “dois políticos como nós vão entender um ao outro quando nos encontramos cara a cara”. Em consonância com os esforços de Lula para se distanciar de Castro e Hugo Chávez, o líder do PT, Aloizio Mercadante, procurou minimizar sua participação no “Fórum de São Paulo” como uma tentativa de dar um exemplo democrático para outros esquerdistas latino-americanos (REITER, 2002, s/p).

O telegrama continuou sublinhando o constrangimento da oposição estadunidense a Lula, durante sua campanha presidencial em 2002, seguido por um movimento quase desesperado para recuperar a influência no palácio presidencial:

O secretário-assistente Reich comentou que, mesmo depois de 9/11, os EUA continuam a perseguir uma gama de interesses (comerciais, econômicos, políticos, de segurança) no hemisfério. O telefonema do presidente Bush a Lula após as eleições e um convite para a Casa Branca são fortes sinais do desejo do governo estadunidense de fortalecer os laços com o Brasil sob Lula. A mensagem, Reich enfatizou, é que os Estados Unidos e o atual governo brasileiro precisam ir além de quaisquer preconceitos que possam ter tido um sobre o outro e se concentrar em coisas que nos unem (*Ibid*).

Da mesma forma, a ascensão de Dilma Rousseff como forte candidata presidencial em 2009 desencadeou uma incisiva resposta da Embaixada dos EUA, especialmente quanto a potenciais relações exteriores do Brasil sob a possível presidência. Militares

e funcionários civis estadunidenses iniciaram uma série de reuniões com Rousseff e com Jobim, como um telegrama de setembro de 2009 revelou:

Dilma Rousseff disse [*National Security Advisor*] ao general [James L.] Jones que o governo brasileiro acha desconcertante ser confrontado com perguntas da imprensa sobre por que os EUA precisam de tais bases [na Colômbia]. De acordo com Rousseff, questões como esta abrem a porta para os radicais que querem criar problemas na região. O General Jones enfatizou a necessidade de assistência à Colômbia na manutenção da sua segurança contra os narcotraficantes e as FARC e, em seguida, relatou preocupações de Uribe de que sua luta contra a guerrilha foi mais difícil por causa da posição de outros países. Em todos os três encontros, o general Jones explicou a natureza do acordo como sendo, em grande parte, de formalizar o relacionamento atual. Disse que estava disposto a enviar uma equipe de autoridades civis e militares estadunidenses, para fornecer informações adicionais, mas salientou que era lamentável que outros estivessem divulgando esta questão na imprensa desde que as autoridades do governo dos EUA, inclusive ele próprio, estavam disponíveis para falar sempre que funcionários do governo brasileiro tivessem preocupações sobre as ações do seu governo [...]. Jobim disse ao general Jones que o Brasil tem grandes expectativas na gestão de Obama, observando que a transparência era um componente muito importante do relacionamento dos Estados Unidos com a América do Sul. Ele observou que questões como as bases na Colômbia tornam-se mais difíceis quando o governo brasileiro descobre a seu respeito através da imprensa, mas acrescentou que o Brasil também é frequentemente surpreendido com as sensibilidades da “América espanhola” quanto a questões que seriam consideradas inócuas em qualquer lugar. O general Jones encorajou Jobim a chamá-lo se houvesse mais dúvidas sobre as intenções dos EUA¹⁰.

Um telegrama no qual funcionários de Washington noticiavam as eleições nacionais de 2010 no Brasil aconselhou que “os debates irão indicar como as duas principais coligações, caso eleita, poderiam tratar de questões de interesse para os EUA” (KUBISKE, 2009c, s/p) e, no início de 2010, advertiam, em um telegrama cheio de críticas levemente veladas, que:

10 Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1113_a.html> Acesso em: 23 Ago. 2016.

Com ambos os lados evitando promover alternativas distintas para a política macroeconômica em um ambiente pré-eleitoral, os dois principais partidos rivais do Brasil – o Partido dos Trabalhadores do presidente Lula (PT) e o candidato presidencial José Serra do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) – estão cada vez mais ansiosos, para expor as suas diferenças quanto à política externa. A votação do Congresso e o debate sobre questões como a Colômbia-Venezuela, Honduras e Irã têm se partidariado cada vez mais com linhas de coalizão definidas. Membros fortemente opinativos, especialmente aqueles que viajam com frequência para países-chave, têm se mostrado mais efetivos na condução do debate sobre política externa do que os líderes partidários ou comitês específicos. No caso do PT, isso permite que os mais militantes moldem as prioridades, como visto na nova plataforma de política externa do PT, provisoriamente aprovada em dezembro. O PT mostrou sua deficiência em uma política externa separada de Lula, reforçando as credenciais da candidata presidencial Dilma Rousseff com as recentes visitas a Copenhague e Alemanha. (KUBISKE, 2010b, s/p).

Contudo, desenvolvimentos adicionais não pareceram amainar as preocupações dos Estados Unidos, pelo menos, a curto prazo.

3 A INTERVENÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS EUA NO BRASIL: CONCLUSÕES

Ainda em 2006, os principais estudiosos de relações EUA-Brasil de forma rotineira e imprecisa minimizavam o âmbito de envolvimento dos Estados Unidos e, especialmente, sua disposição em prosseguir com políticas intervencionistas, enquanto, por outro lado, exageravam sua posição de poder na América Latina. Lima e Hirst (2006, p 33-34), por exemplo, argumentam que “as relações políticas entre os Estados Unidos e o Brasil visam principalmente a coexistência prudente, possível colaboração e colisão mínima”, insistindo que “os Estados Unidos avançam no sentido da consolidação de uma posição de poder incontestável, [enquanto] o Brasil procura uma plataforma econômica e política que seja segura e legítima na América do Sul”. Contudo, como demonstraram claramente as centenas de telegramas do “Cablegate”, os EUA fizeram (e continuariam a fazer) esforços quase desesperados para intervir na política brasileira, enquanto a influência do Brasil em uma série de países abertamente hostis aos Estados Unidos crescia

proporcionalmente. A China estava rapidamente substituindo os EUA como principal parceiro comercial do Brasil, para desgosto dos autores de muitos dos telegramas diplomáticos. Bolívia, Equador e Venezuela, cada vez mais, olhavam o Brasil como um aliado valioso, se não particularmente próximo, e mesmo “serviços de inteligência” dos EUA só iriam encontrar informação ocasional e marginal sobre eles para relatar. A presidência iminente de Dilma Rousseff foi considerada uma ameaça e os telegramas deram alta prioridade a este fato.

Seria um erro debitar os possíveis sucessos de intervenção dos Estados Unidos a este momento de transformação, da mesma forma que seria um erro ignorar as explicações contrárias desses sucessos. “Maleável” (se isso é o que era), Jobim representou um ponto central para introduzir a influência dos Estados Unidos em um dos pontos focais do poder brasileiro. As pressões de Jobim podem ter sido evidentes em resultados-chave, ou não resultados, nas relações militares EUA-Brasil. O contrato dos caças a jato, tão importante para os vínculos militares, assim como para os laços comerciais, acabou por ser prejudicado pelos esforços desajeitados de ingerência estadunidense no processo de política externa e interna brasileira, embora o contrato com a Boeing possa ter sido um concorrente durante parte da presidência de Dilma, somente devido a intervenção dos Estados Unidos, se acreditarmos nos telegramas. O Irã, em última análise, esnobou o Brasil na visita de Ahmadinejad à América Latina, em 2012, após possível interferência dos EUA. E mesmo a saída quixotesca de Jobim do governo em 2011 ressaltou a probabilidade de que ele tenha, de fato, influenciado a política em algum ponto.

A mensagem principal dos telegramas do Departamento de Estado relativos ao Brasil, caso uma única mensagem possa ser adequadamente identificada, é que os EUA até 2008 estava lutando, com algum sucesso, para reafirmar a sua interferência no Brasil e na América Latina. Mesmo em suas preocupações mais gritantes, tal como a guerra contra o terrorismo, os formuladores de políticas dos Estados Unidos assistiram impotentes como Lula (com a Turquia) “se meteu” nas relações da ONU com o Irã, negociou com Rússia, China e Índia no BRICS, fortaleceu os laços brasileiros com

o falecido Hugo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia, e geralmente “ostentava” sua independência política dos Estados Unidos, sem falar na crescente impotência deste último no que deve agora ser considerada a renovada intervenção dos EUA no Brasil. Como os telegramas revelaram, a capacidade dos Estados Unidos para carimbar suas preferências na política interna e externa do Brasil pode ter perdido certa força, mas não por deixarem de tentar.

Tradução: Camila Alves Costa e Paula Ribeiro

REFERÊNCIAS

ALLEGRONE, Kathleen. **France and Brazil**: The start of a love affair. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 17 Nov. 2009 15:21.

BBC. Brazil Defence Minister Nelson Jobim resigns. **British Broadcasting Corporation**, August 5, 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-14414760>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estado Unidos no Brasil**. Recife, Brasil: Massangana, 2009.

_____. **United States Penetration of Brazil**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

BREMMER, Iam; KHANNA, Parag. Cyberteeth Bared. **New York Times**, December 22, 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/12/23/opinion/23iht-edbremmer23.html?_r=1&scp=5&sq=WikiLeaks+Brazil&st=nyt>. Acesso em: 28 maio 2013.

CASTAÑEDA, Jorge G. “Latin America’s Left Turn”. **Foreign Affairs**. V. 85. N. 3. Maio-Junho, 2006. p. 28-43.

DOMSCHEIT-BERG, Daniel. **Inside WikiLeaks**: My Time with Julian Assange at the World’s Most Dangerous Website. New York: Crown Publishers, 2011. [Trans. Jefferson Chase].

EFE. Jobim nega que telegramas vazados prejudicarão relação com os EUA. **Folha de São Paulo**. 3 Dez. 2010.

EL PAÍS 2011 **Las revelaciones de Wikileaks**. Madrid, Spain: El País.

FEROLLA, Sergio. Entrevista. **Caros Amigos**. N. 20. Nov. 1998, p. 25.

HIRST, Mônica. **The United States and Brazil: A Long Road of Unmet Expectations**. New York/London: Routledge, 2005.

HORCH, Dan; DREW, Christopher. Brazil Snubs Boeing in Fighter Jet Deal. **New York Times**. December 19, 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/12/19/business/international/brazil-snubs-boeing-in-jet-deal.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

HRINAK, Donna J. US-Brazilian Relations. **Hemisphere: A Magazine of the Americas**. V. 15 (Summer). 2005.

KUBISKE, Lisa. **New Impetus to a Growing Relationship**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 31 Jan. 2008 13:01.

_____. **Brazilian views on the latest IAEA Reports on Iran and Syria**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 23 Sep. 2009 16:39 [2009a].

_____. **Report gets the Brazilians thinking**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 07 Oct. 2009 17:30. [2009b].

_____. **Brazil's 2010 Elections: one year out**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 21 Oct. 2009 14:21. [2009c].

_____. **Scene Setter for the December 13-14 visit of WHA Assistant Secretary Arturo Valenzuela**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 10 Dec. 2009 16:08 UTC. [2009d]

_____. **FX2 at the end of 2009**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 05 Jan. 2010 19:40:00. [2010a].

_____. **Brazil: Foreign Policy as an Emerging Campaign Issue**. Confidential State Department Cable. US Embassy, 8 Jan. 2010 16:29. [2010b].

_____. **Lula favors French Fighters – Situation serious but not hopeless**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 9 Sep. 2010 10:20 UTC. [2010c].

LIMA, Maria Regina; HIRST, Mônica. Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities. **International Affairs**, V. 82. N. 1. 2006. p. 21-40.

MCKINLEY, P.; MICHAEL, Ambassador. Chinese Tanks, Peace Proposals and U.S. Military Support. Confidential State Department Cable, US Embassy Peru, 15 Dec. 2009; 23:08

MITCHELL, Greg. **The Age of WikiLeaks**: From Collateral Murder to Cablegate (and Beyond). New York: Sinclair Books, 2011.

NEUMAN, William; ROMERO, Simon. "Increasingly Isolated, Iranian Leader Set to Visit Allies in Latin America". *New York Times*, January 6, 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/07/world/middleeast/iranian-leader-set-to-visit-allies-in-latin-america.html?scp=8&sq=WikiLeaks+Brazil&st=nyt>>. Acesso em: 15 Out. 2015.

NICKS, Denver. **Private**: Bradley Manning, WikiLeaks, and the Biggest Exposure of Official Secrets in American History. Chicago: Chicago Review Press, 2012.

REITER, Richard. **Reich's Meeting With Lula**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 22 Nov. 2002 12h01.

ROMERO, Simon. Obama Tries to Soothe Brazil and Mexico over Spying Reports. **New York Times**, September 6, 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/09/07/world/americas/obama-tries-to-soothe-brazil-and-mexico-over-spying-reports.html>>. Acesso em: Out. 2015.

ROSENAU, James N. "Pre-Theories and Theories of Foreign Policy". In: _____. **The Scientific Study of Foreign Policy**. 2. Ed. Londres: s/ed, 1980 (1966). p. 115-169.

SHANNON, Thomas A. **Ambassador Shannon's Meeting With MOD Jobim**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 18 Feb. 2010 13:08 UTC.

SIFRY, Micah J. **WikiLeaks and the Age of Transparency**. Berkeley, California: Counterpoint, 2011.

SILVER, Whendee L. A Walk Through The Amazon from a Biogeochemical Perspective. **Ecology**. V. 83. N. 11. 2002. p. 3237-3238.

SOBEL, Clifford. **Brazilian Defense Minister on DCA trip to France and Russia, Civil Aviation**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 25 Jan 2008 14:53:00.

_____. **Brazil's Lula Offers Bolivia's Morales Treatment for tumor**. Confidential State Department Cable. US Embassy Brazil, 22 Jan 2009 18:51:00

THE NEW YORK TIMES. **Open Secrets**: WikiLeaks, War and American Diplomacy. New York: The New York Times, 2011.

UPI. Brazil's FX-2 jet fighter purchase decision put off again. **United Press International**. April 17, 2013. Disponível em: <http://www.upi.com/Business_News/Security-Industry/2013/04/17/Brazils-FX-2-jet-fighter-purchase-decision-put-off-again/UPI-42081366233464/>. Acesso em: 19 Mai. 2013.